

Sem armistício

Não se iludam aqueles que conjgam apenas no indicativo presente a fala presidencial de anteontem, por uma cadeia de televisão e rádio. Fruto maduro de cálculo político, o enunciado se projeta no futuro, tão confiante em colher reconhecimento de firma, como procura omitir o passado, especialmente o seu, compreendido no estímulo a tudo o que hoje critica.

O discurso do presidente Sarney, no que se refere àquilo que acontece, é preciso e correto. Reclama e adverte de uma Constituição eivada de riscos, onde poucos artigos bastam para implodir o texto inteiro. No consórcio da Câmara dos Deputados, do Senado e da Assembléia Nacional Constituinte, os mesmos parlamentares se investiram de prerrogativas até despóticas. Centraram na nova Carta a descarga de todos os humores antagonicos aos interesses do atual Governo, em apêndice de vingança ao regime militar, quando este nem mais queria nem ocupava o Poder, talvez por convencer-se, enfim, do perigo de atrair para as Forças Armadas as controvérsias inerentes ao exercício político — essência da militância civil.

Vertida a transição num espetáculo de heróis e vilões, a realidade implacável cobra seu preço dos descuidos. E estes proliferaram tanto no Legislativo como no Executivo. Agora, ambos permitem acusações por alto e confiam em que as respectivas culpas fiquem esquecidas em baixo.

Auditor do povo nos estritos interesses de uma seara de votos, o Legislativo — expresso por maioria — acolheu os anseios sem, entretanto, compatibilizar o

que se quer com o como e com o que fazer. Gastando dinheiro até com faltosos e com a demora em desincumbir-se da tarefa constituinte, prima pela simplicidade remessa dos compromissos financeiros ao Executivo. Este que arque com receita e despesa. E, também, com os ônus políticos.

Mas o Executivo permaneceu complacente. Permitiu-se à espera cômoda e passiva. As greves que pipocam desde o advento da Nova República em nada diferem das que o Planalto atribui à próxima Constituição, “porque permite a greve política, desvirtuando a força da greve como instrumento de defesa dos direitos do trabalho” e “cria uma classe de privilegiados que pode deixar o povo sem energia, sem água, sem transporte e sem saúde, sem comunicação, embora sejam impostos pagos pelo povo”. Pois isso vem acontecendo nos últimos anos, antes de cobertura da nova Carta. E sem o benefício de acordos prévios ou preventivos, já que as leis vigentes ficaram em suspenso, sob pretexto de tolerância à transição.

Realmente, muitos constituintes não conseguiram introduzir idéias na cabeça da Constituição; aplicaram impressão digital em seu corpo. À sua vez, até com mandato de cinco anos definido, o Presidente da República não conseguiu reverter o processo desagregador. A cada crítica recíproca, os dois Poderes causam maior desalento à Nação. A desavença a assusta de estar mal-arranjada e alige-a de acabar menos ingovernável — segundo receio do Presidente — do que desgovernada — segundo temor do povo.

A fala aos granadeiros

Rubem de Azevedo Lima

Em seu pronunciamento ao País, sobre os trabalhos da Constituinte, o presidente José Sarney recorreu à formula da linguagem binária, da crítica e da antícritica, em que a dureza da mensagem se mistura à ressalva elogiosa. Disse o Presidente que os constituintes por certo não querem o pior para o Brasil. Mas, ao mesmo tempo, frisou que o atual projeto de Constituição é a pior coisa que poderia acontecer ao País. Essa forma de linguagem — morder e assoprar —, muito comum na diplomacia, permite que se faça a ameaça que se quer e ainda põe o ameaçado na defensiva ou sem reação.

Tiradas as lantejoulas da fala presidencial, destaca-se nela a advertência de que o Brasil será uma subpotência, caso seja aprovado o atual projeto de Constituição. Foi, pois, um pronunciamento grave, tanto mais que contém, implicita, a idéia de que será indispensável salvar o Brasil do caos e da in-governabilidade, se as coisas

não mudarem.

Assim, caso a Assembléia, poder desarmado, entenda estar certa, e errado o Presidente, a única forma de fazê-la mudar será pela força.

O Brasil enfrenta a mais grave crise de sua História, no presente, mas o presidente Sarney garante que solucionará esta questão, até o final de seu Governo. As dificuldades criadas pela Constituinte, para o futuro — segundo o Presidente, o que o exime de provar o que alega — serão, no entanto, insuperáveis e definitivas.

Portanto, a perdição do País é a Assembléia e não o Governo, que zela pelo futuro insaudável e quer transferir o poder a seu sucessor, com a casa em ordem.

Cônscio de que lhe fala a legitimidade política traduzida pelo apoio popular, o Presidente procurou também sensibilizar os brasileiros e as brasileiras, para o fato de que a Constitu-

tinte pode condená-los à miséria e impor-lhes ainda maiores sacrifícios. Esse tipo de apelo não é original, mas sempre convence os que querem ser convencidos ou simplesmente precisam de pretextos para convencer os outros.

O pronunciamento presidencial mesclou ao populismo a idéia de salvação e segurança nacionais, tarefas a cargo das Forças Armadas, das quais o Presidente é comandante supremo.

A fala de Sarney dirige-se, pois, a seus granadeiros, dos quais precisará para salvar, supostamente, o País dos erros da Constituinte, ainda que isso importe melar o processo político. Efetuada essa perigosa manobra de um Presidente civil e impopular, continuará em vigor a Carta de 1969, que lhe dá seis anos de mandato, mas criou — como disse o presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães — a ingovernabilidade da fome, da ignorância e da falta de saúde.

A ameaça de impasse

Haroldo Hollanda

Anteontem à noite, num encontro com o ministro Renato Archer, o ministro Ronaldo Costa Couto advertiu-o de que, aprovado em segundo turno o projeto de Constituição pelo plenário da Constituinte, estaria criado grave impasse político. Mas as opiniões aí se dividem: o deputado Delfim Netto, em suas conversas de ontem com vários políticos, defendia a tese de que o impasse político estava caracterizado. Pontos de vistas semelhantes tinham também os deputados Expedi- to Machado e Israel Pinheiro Filho. No entanto, o senador Jarbas Passarinho, não acredita no impasse, como depois de ouvir ontem o discurso de Ulysses, da presidência da Constituinte, exaltou-o pela sua serenidade e equilíbrio, achando que nas entrelinhas da sua fala há um claro chamamento ao diálogo e ao entendimento. Mas por melhor boa vontade que tenhamos é impossível desconhecer que se criou um confronto declarado entre o Presidente da República e a Cons-

tituinte. O senador paulista Fernando Henrique Cardoso confessou que nunca viu uma situação tão delicada como a atual, atribuindo a autoria de grande parte das dificuldades que estamos vivendo à incapacidade do presidente Sarney para governar.

Numa reunião sigilosa realizada anteontem à noite em sua casa, junto com vários dos seus mais íntimos amigos, Ulysses chegou à conclusão de que, diante da situação gerada esta semana, não se abria outra alternativa para ele, senão a da aprovação hoje, pela Constituinte, do projeto de Constituição. Do contrário, de acordo com os amigos de Ulysses, sendo recusado ou não obtendo o quorum exigido, a nova Constituição estaria indo para a lata de lixo e com ela o próprio presidente da Constituinte.

Consagração de Ulysses
Ulysses não se opôs ao gesto

dos ministros do PMDB, mais ligados de perto a ele, tendo à frente Renato Archer, que anunciaram anteontem à noite a intenção de se afastar do Governo. No entanto, não queria, a princípio, dar resposta ao pronunciamento de anteontem, de Sarney, naturalmente para não agravar ainda mais o precário quadro político nacional. Mas foi convencido, afinal, pelos seus amigos a fazê-lo, usando para tanto a cadeira majestática de presidente da Constituinte, da qual saiu consagrado. «O Sarney armou o palanque para a candidatura do Ulysses», reconhecia à noite de ontem o deputado Amaral Netto.

Senadores como Luiz Viana Filho e Jutahy Magalhães apenas estranharam que Sarney tenha deixado para a última hora de fazer suas advertências quanto aos rumos da Constituinte. O lance de ontem foi de Ulysses, ao responder a Sarney que «a Constituição será a guardião da governabilidade».